

PESQUISA - FCH

ANÁLISE INSTITUCIONAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE MENTAL

Cristina Amsberg (Cristina.amsberg133@academico.ufgd.edu.br)

Conrado Neves Sathler (conradosathler@ufgd.edu.br)

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou uma Inspeção Nacional em 40 hospitais psiquiátricos a fim de respaldar a(o)s usuária(o)s e trabalhadora(e)s criando uma resistência às violações a seus direitos, realizando o relatório “Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório da Inspeção Nacional. Diante disso, realizamos um projeto de iniciação científica para produzir análises do relatório por meio das ferramentas da Análise Institucional do Discurso. Os objetivos visam contribuir com a Psicologia da Saúde por meio da análise das instituições de Saúde Mental. A pesquisa abarca o levantamento bibliográfico da proposta de Saúde Mental na Reforma Psiquiátrica Brasileira. Foram selecionados livros e artigos de referência de Saúde Coletiva, Saúde Mental, Humanização e Análise do Discurso. A fundamentação teórico-metodológica engloba a leitura de textos clássicos da Saúde Coletiva, do Biopoder e da Análise do Discurso. O corpus se constitui como o relatório “Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório da Inspeção Nacional”. O analisador da pesquisa foi o conceito de dispositivo de controle disciplinar. Foi possível identificar práticas evidenciadoras de violações de direitos humanos que aludem a um discurso de saúde mental não permeado por qualidade de vida, liberdade de expressão, comunicação, privacidade e valoriza fatores como a supremacia médica, a medicalização, o cuidado baseado em violência e internações forçadas, se ligando a fragilização de subjetividades. As

estruturas e práticas relatadas incluem muros e grades, uso de castigos físicos, agressões verbais mantidas com base em intolerância religiosa ou racismo, além da violência de gênero. Também é possível ver que faltam manifestações que promovam mudanças para o bem estar da(o)s usuária(o)s. Diante dos maus-tratos, exclusão, hierarquização e tutela apresentados, o poder que engloba profissionais de saúde, direção dos hospitais e Estado - mantenedor dessas instituições - opera contra os serviços substitutivos de saúde mental advindos da Reforma Psiquiátrica e compactam com agentes que agredem física e mentalmente a(o)s interna(o)s. Relativo ao postulado, o material bibliográfico deu margem para a elaboração deste estudo, evidenciou que as práticas presentes nos 40 locais contemplados no relatório mantêm uma visão de saúde pautada no cuidado e em atitudes que ferem os direitos humanos de diferentes formas, levando o que seria um espaço de promoção de qualidade de vida para a reintegração da(o)s usuária(o)s à sociedade se tornar um ambiente produtor de violência e que apaga a individualidade da(o)s interna(o)s, deixando-a(o)s a mercê de condutas que levam a desumanização. Com isso, estudantes, trabalhadora(e)s da saúde, pesquisadora(e)s, usuária(o)s dos serviços de saúde mental e população geral podem se beneficiar dessas conclusões e usá-las como base para novas pesquisas e contribuições para a área da saúde.

Agradecimentos: Agradeço a universidade UFGD e a plataforma CNPq pelo auxílio financeiro.

Palavras-chave: hospitais psiquiátricos; direitos humanos; dispositivo.